

Publicação do dia 27 de Junho de 2006
PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Ato do Prefeito

Portaria

Torna insubsistente a Portaria nº 660/2006, publicada em 24/06/2006 (Port. nº 665/2006).

Despacho do Prefeito

Proc. nº 180/267/2006 – Autorizo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Despachos do Secretário

Correção de proventos – Indeferido
 20/2646/2006 – Moacyr Baptista da Silva

Fixação de proventos

Ficam fixados, os proventos de João Antonio Ipsen, aposentado no cargo de Guarda Municipal, classe “A” referência III, do Quadro Permanente, matrícula 212514-5, ficando conseqüentemente cancelada apostila datada de 31.08.1979, em virtude da Liminar do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, processo nº 2000.002.012459-3.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Núcleo de Processamento Fiscal

30/11799/06 – Intimação 5227 – Iracy Macedo Machado e Outros – Recusou-se a receber.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E CONTROLE URBANO

Convocação

O Secretário Municipal de Urbanismo e Controle Urbano, cumprindo o Art. 7º do Capítulo II do Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Urbana, convoca para a Plenária Preparatória da Renovação do referido Conselho, a ser realizada no dia 08/07/2006, no Auditório Geógrafo Milton Santos, no Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, na Rua Roberto Rowley Mendes, s/nº, Campus da Praia Vermelha – Boa Viagem -, às 10:00h, a partir da qual deverá ser iniciado o processo de escolha dos novos conselheiros, respeitando a proporcionalidade estabelecida no § 2º do Art. 12 da Lei 2123 de 03/02/2004.

Para a plenária, estão convocadas as entidades dos Movimentos Sociais e Populares, do Segmento Empresarial, dos Trabalhadores, das Entidades Profissionais e Acadêmicas e das Organizações não Governamentais com 02(dois) anos ou mais de comprovada atividade e ação na discussão de política de desenvolvimento urbano. As entidades deverão apresentar seus instrumentos constitutivos devidamente registrados em cartório e atualizados e ata da atual diretoria eleita até o dia 30/06/2006, impreterivelmente, na Secretaria de Urbanismo, até às 17:00h com prazo até o dia 06/07/2006 para cumprir as eventuais exigências.

A 1º Convocação foi publicada no D.O. do Município no dia 23/06/06, mas em virtude do jogo do Brasil passam a valer as datas publicadas nesta convocação.

Departamento de Fiscalização de Obras
Comunicação

O Diretor do Departamento de Fiscalização de Obras comunica que os abaixo relacionados, após terem sido intimados e/ou autuados, recusaram-se a receber ou assinar as intimações e/ou autuações:

Francisco Alves Martins – Rua 01, lt. 19, qd. 92, Eng. do Mato – Int. 32915/06 e A.I. 22588/06; Centro Espírita Esperança Caridade – Rua 13, lt. 98, qd. 11 – Int. 32917/06; O Proprietário – Rua Salgado Filho, 59, c/01 – Int. 39720/06; Ricardo Wagner Sorrentino – Trav. Faria Junior, 22 – Int. 39719/06; Joselito Pereira de Oliveira – Rua Dom Luiz Lasagna, 05, lt. 18 – Int. 39718/06; Construtora Fernandes Maciel Ltda. – Rua Presidente João Pessoa, 358, Icaraí – Int. 39722/06; Marise Furtado de O. Araújo – Trav. Victor Prestes, 120, Fonseca – Int. 32953/06; O Responsável – Rua Abraão da Costa Saião (entre os n°s 61 e 69), Fonseca – Int. 32955/06; Sônia Maria A. de Barros – Rua da Vila, 37, Sta. Rosa – Int. 32958/06; Shirley Lima da Silveira – Rua Soares de Miranda, 11, Fonseca – Int. 32959/06; Assoc. Civil Religiosa da Misericórdia – Rua Teixeira de Freitas, 289 – Int. 32960/06; Ordem Espiritualista Bezerra de Menezes – Rua Cinco de Março, 60, Riodades – Int. 32972/06; Cláudio Ferreira da Costa – Rua José Carlos da S. Nogueira, 282 – Int. 32973/06; Juracy Branco Bazareth – Av. Nelson de Oliveira e Silva, lts. 01 e 02 – Int. 39905/06; Alexandre M. D’Avila Rocha – Av. Nelson de O. e Silva, 1011, c/13 – Int. 39906/06; Jorge Lopes Vieira – Rua 84, qd. 124, lt. 18, Lot. Bairro Piratininga, Fazendinha – A.I. 20478/06; TELERJ Celular S/A – Praia de Botafogo, 501, 6° andar, RJ. – A.I. 22083/06; Telecomunicações do Rio de Janeiro – Rua Cinco de Julho, 235, Icaraí – A.I. 22079/06; TIM Celular S/A – Rua Fonseca Telles, 18, S. Cristovão, RJ. – A.Is. 22081, 22082, 22084, 22085, 22086 e 22087/06.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS,
TRÂNSITO E TRANSPORTES
Ato da Secretária**

Portaria

Interdita o tráfego de veículos Rua Cinco de Março, trecho compreendido da Rua Manacás a Trav. Fortuna, no dia 08.07.06, a partir das 17:00h, para festa junina, conforme o processo 40/2546/2006 (Portaria n° 163/2006).

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DIREITOS
HUMANOS**

Despachos do Secretário

Procs. 130/279/06 – Maria José Cristóvão Rodrigues e 130/272/06 – Glaucimar Franco de Queiroz – Indeferidos

Doações as seguintes instituições:

Instituição Alternativa Humana Garra. CNPJ 03563569/0001-53. Termo de Apreensão/TReMe: 2290/3039; 2336/3090; 2521/3288; 2524/3291; 2523/3292; 2525/3293; 2526/3296; 2527/3297; 2528/3298; 2529/3300; 2618/3394; 2619/3395; 2620/3396; 2621/3397; 2623/3399; 2624/3400; 2625/3426; 2627/3427; 2628/3428; 2629/3429; 2631/3431; 2633/3433; 2634/3434; 2637/3437; 2638/3438; 2639/3439; 2669/3421; 2679/3454; 2686/3461; 2687/3462; 2688/3463; 2689/3464; 2690/3465; 2691/3466; 2692/3467; 2693/3468; 2694/3469; 2703/3474; 2704/3473; 2707/3482 em 10 de junho de 2006. Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE. CNPJ30131205/0001-77. Termo de Apreensão/TReMe:

2719/3493; 2717/3490; 2716/3489; 2725/3500; 2727/3601 em 13 de junho de 2006.

Obras Sociais N. Sra. do Sagrado Coração. CNPJ 29134624/0001-83. Termo de Apreensão/TReMe: 2751/3501; 2745/3620; 2750/3625; 2758/3508; 2759/3509; 2745/3620; 2765/3511; 2768/3515; 2769/3522; 2813/3563; 2812/3562; 2811/3561; 2810/3560; 2809/3559; 2808/3558; 2762/3535; 2791/3543; 2790/3542; 2789/3541; 2788/3540; 2787/3539; 2786/3538; 2785/3537; 2816/3567; 2817/3568 em 14 e 17 de junho de 2006.

Creche Comunitária Jacarezinho com Cristo. CNPJ03163319/0001-26. Termo de Apreensão/TReMe: 2123/2863; 2253/3002; 2585/3351; 2586/3352; 2587/3353; 2588/3354; 2589/3355; 2590/3356; 2591/3357; 2592/3358; 2593/3359; 2594/3360; 2653/3401; 2654/3402; 2655/3404; 2657/3405; 2656/3407; 2658/3409; 2659/3410; 2660/3411; 2661/3412; 2662/3414; 2663/3415; 2664/3416; 2666/3418; 2668/3420; 2670/3422; 2671/3423; 2674/3424; 2675/3425; 2644/3444; 2646/3445; 2648/3449; 2651/3450; 2677/3451; 2676/3452; 2678/3453 em 20 de junho de 2006.

Creche Santo Antonio. CNPJ 03613319/0001-26. Termo de Apreensão/TReMe: 2583/3346; 2584/3347; 2595/3361; 2596/3362; 2597/3363; 2598/3364; 2600/3368; 2601/3369; 2604/3372; 2605/3374; 2606/3375; 2607/3376; 2608/3379; 2609/3380; 2610/3381; 2612/3385; 2613/3386; 2615/3387; 2614/3388; 2626/3390; 2617/3393 em 20 de junho de 2006.

Guia de inutilização 004/2006. Termo de Apreensão/TReMe: 2095/2835; 2149/2884; 2266/3015; 2460/3223; 2464/3228; 2347/3100; 2384/3142; 2252/3001; 2411/3170; 2479/3242; 2480/3243; 2393/3148; 2434/3196; 2635/3435; 2636/3436; 2630/3430 em 19 de junho de 2006.

Guia de inutilização 005/2006. Termo de Apreensão/TReMe: 2611/3382; 2708/3483; 2803/3527; 2632/3432; 2647/3446; 2743/3618 em 20 de junho de 2006.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ato do Presidente

Processo 210/2694/2006 – Nutricional 2000 Comercio e Representações Ltda. – Recurso administrativo – **Julgado Deferido.**

Processo 210/2688/2006 - C. Teixeira 110 Comercio de Alimentos Ltda-Me – Recurso Administrativo - **Julgado Deferido**

Comissão Permanente de Licitação

Referente: Pregão Presencial nº 20/2006

Face ao deferimento dos recursos interpostos por C. Teixeira 110 Comércio de Alimentos Ltda. – Me e Nutricional 2000 Comércio e Representações Ltda., ficam as citadas empresas, como também a Padaria e Confeitaria Costa Bastos Ltda., por terem apresentado a segunda melhor proposta para os lotes números 05, 06, 10 e 18 do Pregão em referência, convidadas para a sessão de abertura dos envelopes e a conseqüente análise das respectivas documentações, no dia 29/06/2006 às 09hs:30min, no Auditório da FME. Ficam também convidadas as demais empresas que participaram do referido pregão.

Atos do Presidente

Termo de Contrato

Instrumento: Termo de Contrato nº 009/2006; **Partes:** Fundação Municipal de Educação e Real Refor Engenharia

Ltda; **Objeto:** O presente Contrato tem por objeto a manutenção preventiva e de rotina da subestação transformadora de 225KVA, no prédio sede da FME, bem como os quadros de distribuição dos circuitos internos da mesma. Incluindo todo material necessário à manutenção e reparo e, ainda, com fornecimento de equipe de plantão em horário comercial (de 8h às 17h) de 2ª à 6ª feira; **Prazo:** 12 (doze) meses; **Valor Total: R\$ 61.539,84** (sessenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos) e o valor mensal de **R\$ 5.128,32** (cinco mil, cento e vinte e oito reais e trinta e dois centavos), sendo empenhado o valor de **R\$ 35.898,24** (trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), à conta do Programa de Trabalho: 12.122.0001.2153, Código de Despesa: 339039.00, Fonte: 100 – Tesouro, Nota de Empenho nº 01138/2006-5, datada em 31/05/2006, ficando o restante a ser empenhado no exercício financeiro de 2007; **Processo** nº 210/0819/2006; **Fundamento Legal:** art. 23, Inciso II, alínea "a" da Lei 8.666/93, com as alterações resultantes da Lei nº 8883 de 08/06/94; **Data da Assinatura:** 20/06/2006.

Termo de Contrato

Instrumento: Termo de Contrato nº 010/2006; **Partes:** Fundação Municipal de Educação e Renaraph Comercial Ltda; **Objeto: a)** limpeza de caixa de gordura - filtro e fossa séptica, manutenção e desentupimento da rede de esgoto e caixas coletoras nas 16 UMEIS e 06 Órgãos da Fundação, com: - limpeza com caminhão de sucção a vácuo com capacidade igual ou superiro a 8.000 litros, com raspagem de todo o lodo residual das paredes e pisos de todas as caixas, até que estejam totalmente vazias: - pulverizar todas as caixas (esgoto) com produtos altamente bactericida e germicida; Os serviços serão realizados em 04 (quatro) etapas, sendo 01 (um) atendimento a cada 04 (quatro) meses, totalizando 03 (três) atendimentos em 12 (doze) meses, e 01 (um) atendimento emergencial para cada unidade,-apresentar ordem de serviço e ou certificado de execução devidamente assinado pelo responsável da unidade;todos os equipamentos e materiais necessários a execução dos serviços serão de responsabilidade do contratado; e **b)** Limpeza de Caixa de Gordura - filtro e fossa séptica, manutenção e desentupimento da rede de esgoto e caixas coletoras nas 36 (trinta e seis) Unidades de Ensino da rede Municipal com: - limpeza com caminhão de sucção a vácuo com capacidade igual ou superiro a 8.000 litros, com raspagem de todo o lodo residual das paredes e pisos de todas as caixas, até que estejam totalmente vazias: - pulverizar todas as caixas (esgoto) com produtos altamente bactericida e germicida; Os serviços serão realizados em 04 (quatro) etapas, sendo 01 (um) atendimento a cada 04 (quatro) meses, totalizando 03 (três) atendimentos em 12 (doze) meses, e 01 (um) atendimento emergencial para cada unidade; - apresentar ordem de serviço e ou certificado de execução devidamente assinado pelo responsável da unidade;todos os equipamentos e materiais necessários a execução dos serviços serão de responsabilidade do contratado.; **Prazo:** 12 (doze) meses; **Valor Total: R\$ 50.026,32** (cinquenta mil, vinte e seis reais e trinta e dois centavos), sendo **R\$ 19.306,32** (dezenove mil, trezentos e seis reais e trinta e dois centavos) à conta do Programa de

Trabalho 12.122.0001.2153, Código de Despesa: 33903900, Fonte: 100 – Tesouro; Nota de Empenho nº 01193/2006-6, datada de 09/06/2006 e **R\$ 30.720,00** (trinta mil, setecentos e vinte reais) à conta do Programa de Trabalho 12.361.0042.2146, Código de Despesa 33903900, Fonte: 205 – Salário Educação; Nota de Empenho 01194/2006-2, datada de 09/06/2006; **Processo** nº 210/752/2006; **Fundamento Legal**: art. 23, Inciso II, alínea "a" da Lei 8.666/93, com as alterações resultantes da Lei nº 8883 de 08/06/94; **Data da Assinatura**: 23/06/2006.

PORTARIA FME 599/2006

Dispõe sobre os critérios para concessão do Adicional por Formação Continuada para os servidores da Fundação Municipal de Educação de Niterói e dá outras providências.

O Presidente da Fundação Municipal de Educação, objetivando estimular o processo contínuo de atualização dos servidores da FME e no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2307/06, de 19/01/2006.

RESOLVE:

Art. 1º- O Adicional por Formação Continuada é uma vantagem pecuniária a que fazem jus os servidores em efetivo exercício na Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME) ou na Secretaria Municipal de Educação de Niterói (SME), conforme o anexo I, excluídos aqueles que se encontram em licença sem vencimentos ou afastados por permuta, disposição ou cessão, excetuadas as situações mantidas por convênio.

Art. 2º- É condição básica para que o servidor possa obter o benefício do Adicional de Formação Continuada estar em efetivo exercício na FME ou na SME.

Art. 3º- Para a concessão do Adicional por Formação Continuada serão considerados os certificados de cursos, congressos e eventos congêneres afins à função exercida pelo servidor, com especificação da carga horária total e da frequência, concluídos a partir da data de ingresso do servidor na FME.

§1º- Na solicitação que contenha certificado sem registro da carga horária deverá ser anexada declaração da Instituição, contendo a sua especificação.

§2º- As declarações de conclusão de curso deverão ser confeccionadas em papel timbrado da Instituição de Ensino e assinadas por seu diretor, pelo coordenador do curso ou pelo secretário da Instituição.

Art. 4º- Serão válidos os certificados de participação como palestrantes em cursos e eventos da FME, desde que observadas as exigências anteriores.

Art. 5º- As ações de formação continuada promovidas pela FME serão consideradas, para efeito de concessão do Adicional por Formação Continuada, desde que observado o disposto nesta Portaria.

Art. 6º- Serão considerados como cursos relacionados a todos os cargos aqueles que abordarem os temas transversais estipulados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, a saber, ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual.

Art. 7º- Serão igualmente considerados como cursos relacionados a todos os cargos aqueles que abordarem temas vinculados à educação especial, à inclusão digital, à diversidade étnico-racial e à questão de gênero.

Art. 8º- Não serão considerados, para efeito de somatório para o Adicional por Formação Continuada, as declarações, diplomas e/ou certificados utilizados em requerimento anterior e em solicitação do mesmo teor em outra matrícula na FME.

Art. 9º- Não serão considerados, para efeito de somatório para o Adicional por Formação Continuada, as declarações, diplomas e/ou certificados utilizados em solicitações de Progressão Funcional.

Art.10- Para fins de concessão do Adicional por Formação Continuada dos inativos, somente serão considerados os cursos concluídos até a data da aposentadoria e que não tiverem sido utilizados como benefício da Lei 1831/01, de 18 de maio de 2001.

Art.11- Os profissionais ativos e inativos interessados deverão solicitar o Adicional por Formação Continuada, mediante processo administrativo, até 01 de maio, com efeitos financeiros a partir de 01 de agosto do mesmo ano, ou até 01 de novembro, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro do ano seguinte, anexando a seguinte documentação:

- a) Requerimento devidamente preenchido, em formulário próprio, assinado e autuado no protocolo da FME;
- b) Cópia do último contracheque;
- c) Cópia dos certificados autenticada pelo Departamento de Gestão de Pessoas da FME.

Art.12- A análise e o processamento deste benefício caberão à Comissão instituída para este fim e seu relatório será encaminhado à Presidência para homologação e publicação.

Art.13- As reuniões da Comissão para a análise dos processos dar-se-ão, pelo menos, 3 (três) vezes ao mês.

Art.14- Caberá recurso ao parecer da Comissão, devendo o profissional apresentar os documentos comprobatórios e/ou manifestação por escrito que fundamentem sua argumentação.

§1º - O prazo de interposição de pedido de recurso pelo interessado é de 10 (dez) dias, a contar da publicação da decisão.

§2º - Em caso de provimento do pedido de recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

§ 3º - É assegurada vista do processo ao servidor ou a procurador por ele constituído.

§ 4º - A Comissão terá um prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da entrada do processo, para examinar, relatar e encaminhar o seu parecer, assinado pela maioria dos seus membros, ao Presidente da FME, para homologação e publicação.

Art.15- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão e submetidos à Presidência da FME.

Art.16- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

ANEXO I

**Adicional de Formação Continuada
Grupo do Magistério
e Técnico-Científico**

CARGA HORÁRIA DO CURSO OU SOMATÓRIO	PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO SOBRE O VENCIMENTO
100	6%
200	9%

360	12%
-----	-----

Adicional de Formação Continuada
Grupo de Apoio Administrativo
Grupo de Apoio Especializado
Grupo e Apoio Operacional

CARGA HORÁRIA DO CURSO OU SOMATÓRIO	PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO SOBRE O VENCIMENTO
100	6%
200	9%
360	12%

PORTARIA FME nº 600 /2006

Dispõe sobre os critérios para a Concessão de Progressão Funcional por Titulação para os servidores da Fundação Municipal de Educação de Niterói e dá outras providências.

O Presidente da Fundação Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2307/06, de 19/01/2006,

RESOLVE:

Art. 1º- A Progressão Funcional por Titulação é a movimentação ascendente dos servidores da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME) na carreira e poderá ocorrer na forma prevista no Anexo IV da Lei nº 2307/06, observadas as condições estabelecidas em seu Art. 16 para cada grupo ocupacional.

Art. 2º- A Progressão Funcional por titulação do servidor da Fundação Municipal de Educação só poderá ser concedida quando ele estiver em exercício na:

- I - Fundação Municipal de Educação;
- II - Secretaria Municipal de Educação;
- III - em outro órgão ou instituição, conforme previsto em convênio.

Parágrafo Único – Não poderão ser beneficiados os servidores que se encontram afastados por permuta, disposição ou cessão, ou em licença sem vencimentos.

Art. 3º- Os servidores da Fundação Municipal de Educação poderão dar entrada no pedido de concessão da Progressão Funcional por Titulação, durante todo o ano, porém os efeitos financeiros serão contados a partir da data da publicação do respectivo ato de concessão.

Art. 4º- Ficam estabelecidos os seguintes critérios para a análise da documentação comprobatória da titulação do servidor:

- I - só serão aceitas cópias de diplomas ou certificados autenticadas pelo Departamento de Gestão de Pessoas;
- II - não serão aceitos diplomas ou certificados sem as assinaturas exigidas pela legislação aplicável, com lacunas ou rasuras, ou com nomes incompletos;
- III - os diplomas ou certificados de nível superior devem ter sido expedidos por cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC;
- IV - os diplomas ou certificados de nível médio, regular ou supletivo, devem ter sido expedidos por estabelecimentos autorizados ou reconhecidos por órgão competente e apresentados à FME com a publicação do nome do servidor no respectivo Diário Oficial;
- V - o diploma ou certificado deve vir acompanhado do histórico escolar, quando for obrigatória a análise da adequação do curso ao cargo do servidor;

VI - só serão considerados os diplomas e certificados de conclusão dos cursos de Mestrado ou Doutorado que tenham credenciamento pela CAPES/MEC;

VII - poderão ser aceitas, após análise de sua autenticidade, as certidões ou declarações de conclusão de curso, expedidas por instituição de ensino superior, acompanhadas do histórico escolar do aluno, observada a exigência de autorização ou reconhecimento do curso pelo MEC.

Art. 5º- Nos casos em que a Lei exige, na análise da compatibilidade do curso realizado com o cargo exercido pelo servidor, deverão ser considerados o nível de escolaridade requerido, a natureza do cargo, a sua descrição sintética e as atribuições típicas definidas nos Anexos V e VI, da Lei 2307/06.

Art. 6º- Em nenhuma hipótese, o servidor beneficiado pela Progressão Funcional por Titulação poderá ter alterado o seu cargo de provimento inicial.

Art. 7º- Poderá ser concedida ao inativo a Progressão Funcional por Titulação, na hipótese prevista no § 5º, do Art. 16, da Lei 2307/06.

Art. 8º- A Comissão terá o prazo de trinta dias, a partir da data da abertura do processo, para examinar a documentação do servidor e encaminhar o relatório, para homologação e publicação, ao Presidente da Fundação Municipal de Educação.

Art. 9º- Caberá recurso ao parecer da Comissão, devendo o profissional apresentar os documentos comprobatórios e/ou manifestação por escrito que fundamentem sua argumentação.

§ 1º - O prazo de interposição de pedido de recurso pelo interessado é de 10 (dez) dias, a contar da publicação da decisão.

§ 2º - Em caso de provimento do pedido de recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

§ 3º- É assegurada vista do processo ao servidor ou a procurador por ele constituído.

§ 4º- A Comissão terá um prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da entrada do processo, para examinar, relatar e encaminhar o seu parecer, assinado pela maioria dos seus membros, ao Presidente da FME, para homologação e publicação.

Art.10- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão e submetidos à apreciação da Presidência da FME.

Art.11- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA FME 601/ 2006

Altera critérios para a remoção de servidores das unidades de educação e das unidades administrativas da Fundação Municipal de Educação de Niterói.

O Presidente da Fundação Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas Leis nº 169/78, de 18 de dezembro de 1978, nº 531/85, de 18 de janeiro de 1985, nº 2307/06, de 19 de janeiro de 2006, e na Portaria FME nº 660/05, de 10 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º- O Artigo 5º e o Parágrafo Único do Artigo 13 da Portaria 660/2005, de 10 de dezembro de 2005, passam a vigorar com as seguintes redações :

“Art. 5º -.....

I - Antigüidade:

- a) para cada ano de efetivo exercício na FME, 1 ponto;
- b) para cada ano na unidade em que estiver exercendo por ocasião do concurso, 2 pontos.

II -

Parágrafo Único – REVOGADO

§ 1: O registro da frequência do servidor da FME será feito, para todos os fins, com base na codificação estabelecida no Anexo II.

§ 2: A avaliação para pontuação por merecimento deverá ser realizada pela Direção, em conjunto com a equipe pedagógica da unidade de educação, ouvido o pronunciamento do Conselho Escola - Comunidade (CEC), que deverá ser registrado em ata.

Art. 13 –

Parágrafo Único: A remoção *ex-officio*, para os casos que excedam a modulação prevista, seguirá o disposto no Artigo 5º desta Portaria, como critério para permanência do servidor na unidade em que estiver em exercício.”

Art. 2º- Fica criado na Tabela de Tipos de Ocorrências de Frequência o código 89, relativo a servidores acautelados judicialmente.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**NITERÓI PREV
Despachos do Presidente**

Extrato:

Instrumento: Termo n.º 09/06; Partes: IBASM – Instituto de Benefícios e Assistência aos Servidores Municipais (atual Niterói Prev) e Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE.; Objeto: Convênio que estabelece Cooperação Recíproca entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas, capazes de propiciar a plena operacionalização de Estágio de Estudantes; Prazo: 12 (doze) meses; Valor: R\$ 19.404,00 (dezenove mil e quatrocentos e quatro reais); Nota de Empenho: 06/000086; Fundamento: Artigo 25, inciso II c/c Artigo 13, inciso VI da Lei 8.666/93; Data da assinatura: 01 de maio de 2006.

Instrumento: Termo n.º 011/06

Partes: **Niterói Prev e VPA –Consultoria Atuarial**; Objeto: Contrato de Prestação de Serviços de Avaliação Atuarial e Balanço, ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais do Niterói Prev; Valor: R\$ 7.910,00 (sete mil, novecentos e dez reais); Empenho: 06/000102; Fundamento: Lei 8.666/93, artigo 24, inciso II, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente do Niterói Prev através do processo n.º 310/000041/06.

Jorge Luiz de Almeida (Presidente)

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E
SANEAMENTO – EMUSA**

Atos do Presidente

Port n.º 071/2006 – Considerar designado a contar de 26/06/06, Isabel Cristina Custódio Tortora Oliveira para exercer a função de Chefe do Setor Operacional de Projetos, da Diretoria de Operações, em vaga decorrente da dispensa de Ana Amélia Cavalcanti de A R Carvalho.

Termos de Ratificação

Em cumprimento ao disposto no art. 26, caput da lei n.º 8666/93 e, a vista do contido no processo EMUSA n.º

510/6806/03, ratifico a inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25, inciso I, da mesma Lei, para a contratação da Nextel Telecomunicações Ltda, objetivando a prestação do serviço móvel especializado e disponibilização para uso dos equipamentos de propriedade da contratada, a título de locação no valor de R\$ 160.500,00.

EMUSA, 08 de junho de 2006.

Filinto dos Anjos do S. Branco – Presidente.

Omitido da Publicação do dia 24/08/04.

**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE
NITERÓI - CLIN**

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

Termo Aditivo nº 04/06 ao Contrato nº 05/04, celebrado entre a Clin - Cia. Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e a firma Queiroz Galvão S/A. Objeto: Acréscimo de Serviço. Proc. Adm. 520/1043/06.

O Diário Oficial aqui publicado é meramente informativo. A condição de documento oficial deve ser considerada apenas pela versão publicada no jornal O Fluminense.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.